

Mercado de trabalho no Ceará

ANA CRISTINA TEIXEIRA LEITE

1. Introdução

Nesse artigo procuramos fazer uma análise da questão do mercado de trabalho e do emprego no Ceará, mais particularmente na Região Metropolitana de Fortaleza, no período de 1955 a 1985.

Sem dúvida, não podemos esquecer que a formação econômica e social cearense foi condicionada por processos mais amplos, como o desenvolvimento do capitalismo monopolista a nível mundial, o que modificou a ação do Estado em relação aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Além disso, o Ceará está integrado à economia brasileira, que se desenvolveu a partir de grandes plantações comerciais, baseadas na relação de produção escravista, e submetida a um Estado centralizador.

Todos esses fatores levaram a conformações específicas do mercado de trabalho no Nordeste e no Sudeste, onde a acumulação cafeeira permitiu que o processo de industrialização ocorresse mais rapidamente.

Mesmo tendo sempre presente a interrelação existente entre as regiões brasileiras e sem deixar de considerar a importância dos aspectos mencionados, não iremos avançar nessa discussão uma vez que essas questões ultrapassam os limites desse artigo.

2. Breve análise da Região Nordeste

O Estado tem uma atuação bastante acentuada no Nordeste brasileiro, região onde está inserido o Ceará. Entretanto, a intervenção do Estado na região sempre se caracterizou por um caráter assistencialista, limitando-se a transferir recursos nos períodos de seca, de forma descontínua e transitória, objetivando atender, principalmente, os interesses do poder local (MARANHÃO, 1984).

Essa forma de atuação assistencial fez com que o governo central mantivesse a dependência do poder local, o que permitiu a coe-

xistência pacífica com os senhores de terra locais, tornando intocável seu poder na região. É dessa forma que as características autoritária e paternalista do Estado central se repetem ao nível do poder local e, somadas ao patriarcalismo, refletem a forma que assumem as oligarquias da Federação (BURSZTYN, 1985).

Sendo assim, a ação do Estado estimulou a manutenção de uma estrutura fundiária historicamente bastante concentrada, possibilitando aos proprietários deter o poder local e a força política na região. Essa concentração fundiária levou à predominância, na região Nordeste, de relações de trabalho como a meação e outras formas de parceria, nos grandes latifúndios.

A conservação de formas de produção não capitalistas na maior parte do território nordestino, significa que a geração de renda de natureza monetária é bastante restrita para o pequeno produtor, o que inibe a expansão do consumo e, conseqüentemente, do mercado interno. Além disso, os problemas causados pelas estiagens e a baixa produtividade existente no setor rural, estimulam a migração das populações, em busca de melhores condições de vida.

A ação do Estado no Nordeste, de uma forma mais planejada e racional, só começou a se efetivar realmente, a partir do final da década de 50, com a criação da SUDENE. Em relação ao setor rural, entretanto, essa ação mais planejada só começou a acontecer por volta do início da década de 70, a partir do desenvolvimento de um processo de modernização limitado a certos espaços da região, de forma que a estrutura agrária concentrada não se transformasse totalmente.

Assim, os recursos destinados ao campo dirigem-se para projetos agrícolas que privilegiam culturas de exportação e as de integração com a agroindústria, beneficiando os grandes latifundiários. Além disso, os recursos repassados pelo Estado são efetivados através de programas que determinam o que, como, quando, quanto e onde produzir, além de estabelecer também uma tecnologia avançada, o que é do interesse da indústria sulista, e acessível somente aos grandes agricultores (LEITE, 1988).

Dessa forma, as políticas planejadas pelo Estado em relação ao campo, promovendo uma modernização limitada, mantiveram uma estrutura fundiária concentrada e não minimizaram os problemas regionais, continuando a estimular o êxodo rural, agravando o problema do desemprego na região (FERREIRA IRMÃO, 1985).

Em relação ao setor urbano, a ação planejada do Estado sobre a região nordestina, objetivando desenvolver a industrialização, só ocorreu a partir da criação da SUDENE. A atuação da SUDENE dirigiu-se também ao setor rural, porém as mudanças foram mais significativas no que se refere ao processo de industrialização. Entretanto, a transformação ocorrida na estrutura industrial nordestina visou, sobretudo, possibilitar a continuidade da acumulação capitalista a nível nacional.

Para que isso se tornasse possível, a industrialização que se desenvolveu no Nordeste, subsidiada também pelo Estado, estava condicionada à do Centro-Sul, sendo complementar a ela. Assim, o parque industrial que se expande na região, tende a assumir as características oligopolistas das indústrias do Sudeste, rompendo processos técnicos tradicionais já empregados na região, e utilizando-se de tecnologia avançada (CASIMIRO, 1985).

Esses segmentos industriais caracterizam-se principalmente pela produção de bens intermediários que sofrerão um processo de transformação fora da região, em detrimento das indústrias tradicionais, absorvedoras de maior contingente de mão-de-obra, já instaladas anteriormente, e que atendem à demanda local, onde predomina um baixo nível de renda (OLIVEIRA, 1985).

Além disso, o aumento de importância das indústrias dinâmicas transforma o Nordeste em consumidor de bens de capital e bens finais produzidos no Sudeste. Por outro lado, as empresas estatais instaladas na região, além de não terem sido numerosas, limitaram-se a prestar serviços de infra-estrutura ou fornecer insumos básicos, o que transformou o Estado produtor na região apenas num apoio à continuidade da acumulação privada de capital (OLIVEIRA, 1984).¹

Todos esses fatores dificultaram a absorção da mão-de-obra disponível na região, que passa então a se direcionar para o setor terciário. Como podemos observar através de um trabalho realizado por Maia Gomes, entre 1983-86 o setor de serviços cresceu no Nordeste 36,2%, enquanto no Brasil a taxa foi de 23,3%. Por outro lado, na indústria, entre 1984/1986 houve um crescimento, no Nordeste, de 21,8%, e no Brasil, de 29,6% (MAIA GOMES, 1987).

¹ As questões referentes à industrialização no Nordeste, abordadas de forma breve, não serão discutidas em maior profundidade, uma vez que a temática desse artigo se restringe ao Ceará, mais especificamente à Região Metropolitana de Fortaleza.

xistência pacífica com os senhores de terra locais, tornando intocável seu poder na região. É dessa forma que as características autoritária e paternalista do Estado central se repetem ao nível do poder local e, somadas ao patriarcalismo, refletem a forma que assumem as oligarquias da Federação (BURSZTYN, 1985).

Sendo assim, a ação do Estado estimulou a manutenção de uma estrutura fundiária historicamente bastante concentrada, possibilitando aos proprietários deter o poder local e a força política na região. Essa concentração fundiária levou à predominância, na região Nordeste, de relações de trabalho como a meação e outras formas de parceria, nos grandes latifúndios.

A conservação de formas de produção não capitalistas na maior parte do território nordestino, significa que a geração de renda de natureza monetária é bastante restrita para o pequeno produtor, o que inibe a expansão do consumo e, conseqüentemente, do mercado interno. Além disso, os problemas causados pelas estiagens e a baixa produtividade existente no setor rural, estimulam a migração das populações, em busca de melhores condições de vida.

A ação do Estado no Nordeste, de uma forma mais planejada e racional, só começou a se efetivar realmente, a partir do final da década de 50, com a criação da SUDENE. Em relação ao setor rural, entretanto, essa ação mais planejada só começou a acontecer por volta do início da década de 70, a partir do desenvolvimento de um processo de modernização limitado a certos espaços da região, de forma que a estrutura agrária concentrada não se transformasse totalmente.

Assim, os recursos destinados ao campo dirigem-se para projetos agrícolas que privilegiam culturas de exportação e as de integração com a agroindústria, beneficiando os grandes latifundiários. Além disso, os recursos repassados pelo Estado são efetivados através de programas que determinam o que, como, quando, quanto e onde produzir, além de estabelecer também uma tecnologia avançada, o que é do interesse da indústria sulista, e acessível somente aos grandes agricultores (LEITE, 1988).

Dessa forma, as políticas planejadas pelo Estado em relação ao campo, promovendo uma modernização limitada, mantiveram uma estrutura fundiária concentrada e não minimizaram os problemas regionais, continuando a estimular o êxodo rural, agravando o problema do desemprego na região (FERREIRA IRMÃO, 1985).

Em relação ao setor urbano, a ação planejada do Estado sobre a região nordestina, objetivando desenvolver a industrialização, só ocorreu a partir da criação da SUDENE. A atuação da SUDENE dirigiu-se também ao setor rural, porém as mudanças foram mais significativas no que se refere ao processo de industrialização. Entretanto, a transformação ocorrida na estrutura industrial nordestina visou, sobretudo, possibilitar a continuidade da acumulação capitalista a nível nacional.

Para que isso se tornasse possível, a industrialização que se desenvolveu no Nordeste, subsidiada também pelo Estado, estava condicionada à do Centro-Sul, sendo complementar a ela. Assim, o parque industrial que se expande na região, tende a assumir as características oligopolistas das indústrias do Sudeste, rompendo processos técnicos tradicionais já empregados na região, e utilizando-se de tecnologia avançada (CASIMIRO, 1985).

Esses segmentos industriais caracterizam-se principalmente pela produção de bens intermediários que sofrerão um processo de transformação fora da região, em detrimento das indústrias tradicionais, absorvedoras de maior contingente de mão-de-obra, já instaladas anteriormente, e que atendem à demanda local, onde predomina um baixo nível de renda (OLIVEIRA, 1985).

Além disso, o aumento de importância das indústrias dinâmicas transforma o Nordeste em consumidor de bens de capital e bens finais produzidos no Sudeste. Por outro lado, as empresas estatais instaladas na região, além de não terem sido numerosas, limitaram-se a prestar serviços de infra-estrutura ou fornecer insumos básicos, o que transformou o Estado produtor na região apenas num apoio à continuidade da acumulação privada de capital (OLIVEIRA, 1984).¹

Todos esses fatores dificultaram a absorção da mão-de-obra disponível na região, que passa então a se direcionar para o setor terciário. Como podemos observar através de um trabalho realizado por Maia Gomes, entre 1983-86 o setor de serviços cresceu no Nordeste 36,2%, enquanto no Brasil a taxa foi de 23,3%. Por outro lado, na indústria, entre 1984/1986 houve um crescimento, no Nordeste, de 21,8%, e no Brasil, de 29,6% (MAIA GOMES, 1987).

¹ As questões referentes à industrialização no Nordeste, abordadas de forma breve, não serão discutidas em maior profundidade, uma vez que a temática desse artigo se restringe ao Ceará, mais especificamente à Região Metropolitana de Fortaleza.

Além disso, ainda utilizando os dados de Maia Gomes, o emprego na administração pública direta, entre 1980 e 1983, cresceu 25% na região nordestina, enquanto que no Sudeste, nesse mesmo período, o crescimento foi de 12,4%. Evidencia-se, portanto, a importância do capital comercial aliado ao Estado na conformação da estrutura produtiva e de emprego na região (MAIA GOMES, 1987).

Essas conseqüências são ainda mais evidentes para o Ceará, onde o Estado empregador assume grande importância, ao lado do setor terciário, como veremos a seguir.

3. A Conformação do emprego no Ceará (1960/1985)

A estrutura produtiva do estado do Ceará, em linhas gerais, assemelha-se grandemente à estrutura produtiva do Nordeste, descrita acima. Essa estrutura produtiva afeta a conformação do emprego urbano e rural no estado do Ceará. A intervenção do Estado influencia indiretamente o mercado de trabalho quando atua sobre a estrutura produtiva e, de forma direta, quando age como empregador.

A forma de intervir do Estado, sobretudo a partir do final da década de 1950 até meados de 1980, levou a uma conformação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza que restringe a possibilidade de emprego aos setores público e terciário. Essa estrutura de emprego e a crescente urbanização de Fortaleza ocorrida a partir dos impulsos migratórios campo-cidade resultaram, cada vez mais, na favelização, delinqüência e aumento da violência na cidade, uma vez que o excedente de mão-de-obra não conseguiu ser absorvido totalmente pelo mercado de trabalho local.

A estrutura fundiária bastante concentrada em grandes estabelecimentos que se dedicam sobretudo à pecuária e às culturas de exportação, como o algodão e o caju, praticadas extensivamente, dificulta o acesso à terra e à água, agravando o problema nos períodos de seca. Além disso, nos latifúndios, as relações de produção predominantes são não-capitalistas como a parceria, o cambão e o aforamento, o que acentua ainda mais o empobrecimento do trabalhador rural e restringe a expansão do mercado interno (LEITE, 1988).

Esses fatores acabam por estimular a migração para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência. Os migrantes acentuam o problema do desemprego e subemprego urbano na região, tornando-se difícil absorver a mão-de-obra excedente vinda do campo, uma vez que Fortaleza é sobretudo o local onde se realizam as trocas do que é produzido no interior do estado e dos bens produzidos no Centro-Sul (CASIMIRO, 1985).

O setor industrial, no Ceará, até 1985 não era muito desenvolvido, o que se refletia na Região Metropolitana de Fortaleza, sede do capital comercial. A estrutura produtiva da indústria cearense caracterizava-se por algumas pequenas e médias empresas, quase inexistindo grandes complexos oligopolistas integrados nacionalmente.

A atuação da SUDENE em relação ao Ceará somente se iniciou a partir de 1963, quando passou a conceder recursos a pequenos investidores cearenses. Diferentemente dos demais estados nordestinos, no entanto, a industrialização no Ceará, até 1978, reforçou a manutenção das indústrias tradicionais já existentes, ao invés de estimular o crescimento das indústrias chamadas dinâmicas (SAMPAIO FILHO, 1987).

Em 1978 o planejamento estatal procurou modificar as bases do sistema produtivo cearense através da criação do III Pólo Industrial do Nordeste, no estado do Ceará, que passou a receber mais incentivos da SUDENE. A implantação do III Pólo Industrial do Nordeste objetivava expandir e diversificar a indústria do estado, buscando contribuir na solução do problema do desemprego e subemprego urbano.

Porém a implantação do III Pólo Industrial do Nordeste ocorreu num período desfavorável para a economia regional e nacional (1979-81), o que limitou a execução do programa proposto. Assim, mesmo obtendo alguns resultados positivos, não se conseguiu absorver um grande contingente de mão-de-obra.

Até por volta da metade da década de 1980, o crescimento da indústria local encontrou obstáculos, entre outras razões, porque os investimentos do governo em infra-estrutura e a implantação de empresas estatais produtoras de insumos básicos, além de não terem se realizado de forma intensa, também foram iniciados tardiamente.

Além disso, ainda utilizando os dados de Maia Gomes, o emprego na administração pública direta, entre 1980 e 1983, cresceu 25% na região nordestina, enquanto que no Sudeste, nesse mesmo período, o crescimento foi de 12,4%. Evidencia-se, portanto, a importância do capital comercial aliado ao Estado na conformação da estrutura produtiva e de emprego na região (MAIA GOMES, 1987).

Essas conseqüências são ainda mais evidentes para o Ceará, onde o Estado empregador assume grande importância, ao lado do setor terciário, como veremos a seguir.

3. A Conformação do emprego no Ceará (1960/1985)

A estrutura produtiva do estado do Ceará, em linhas gerais, assemelha-se grandemente à estrutura produtiva do Nordeste, descrita acima. Essa estrutura produtiva afeta a conformação do emprego urbano e rural no estado do Ceará. A intervenção do Estado influencia indiretamente o mercado de trabalho quando atua sobre a estrutura produtiva e, de forma direta, quando age como empregador.

A forma de intervir do Estado, sobretudo a partir do final da década de 1950 até meados de 1980, levou a uma conformação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza que restringe a possibilidade de emprego aos setores público e terciário. Essa estrutura de emprego e a crescente urbanização de Fortaleza ocorrida a partir dos impulsos migratórios campo-cidade resultaram, cada vez mais, na favelização, delinqüência e aumento da violência na cidade, uma vez que o excedente de mão-de-obra não conseguiu ser absorvido totalmente pelo mercado de trabalho local.

A estrutura fundiária bastante concentrada em grandes estabelecimentos que se dedicam sobretudo à pecuária e às culturas de exportação, como o algodão e o caju, praticadas extensivamente, dificulta o acesso à terra e à água, agravando o problema nos períodos de seca. Além disso, nos latifúndios, as relações de produção predominantes são não-capitalistas como a parceria, o cambão e o aforamento, o que acentua ainda mais o empobrecimento do trabalhador rural e restringe a expansão do mercado interno (LEITE, 1988).

Esses fatores acabam por estimular a migração para a cidade em busca de melhores condições de sobrevivência. Os migrantes acentuam o problema do desemprego e subemprego urbano na região, tornando-se difícil absorver a mão-de-obra excedente vinda do campo, uma vez que Fortaleza é sobretudo o local onde se realizam as trocas do que é produzido no interior do estado e dos bens produzidos no Centro-Sul (CASIMIRO, 1985).

O setor industrial, no Ceará, até 1985 não era muito desenvolvido, o que se refletia na Região Metropolitana de Fortaleza, sede do capital comercial. A estrutura produtiva da indústria cearense caracterizava-se por algumas pequenas e médias empresas, quase inexistindo grandes complexos oligopolistas integrados nacionalmente.

A atuação da SUDENE em relação ao Ceará somente se iniciou a partir de 1963, quando passou a conceder recursos a pequenos investidores cearenses. Diferentemente dos demais estados nordestinos, no entanto, a industrialização no Ceará, até 1978, reforçou a manutenção das indústrias tradicionais já existentes, ao invés de estimular o crescimento das indústrias chamadas dinâmicas (SAMPAIO FILHO, 1987).

Em 1978 o planejamento estatal procurou modificar as bases do sistema produtivo cearense através da criação do III Pólo Industrial do Nordeste, no estado do Ceará, que passou a receber mais incentivos da SUDENE. A implantação do III Pólo Industrial do Nordeste objetivava expandir e diversificar a indústria do estado, buscando contribuir na solução do problema do desemprego e subemprego urbano.

Porém a implantação do III Pólo Industrial do Nordeste ocorreu num período desfavorável para a economia regional e nacional (1979-81), o que limitou a execução do programa proposto. Assim, mesmo obtendo alguns resultados positivos, não se conseguiu absorver um grande contingente de mão-de-obra.

Até por volta da metade da década de 1980, o crescimento da indústria local encontrou obstáculos, entre outras razões, porque os investimentos do governo em infra-estrutura e a implantação de empresas estatais produtoras de insumos básicos, além de não terem se realizado de forma intensa, também foram iniciados tardiamente.

Atuando dessa forma o Estado não se posicionou como agente do desenvolvimento industrial do Ceará, nesse período, agindo de forma diferente daquela que assumiu em relação à indústria do Sudeste. Somando-se a essas dificuldades temos também que o mercado interno tinha proporções reduzidas e havia uma grande distância entre os centros fornecedores de insumos e os centros consumidores de bens intermediários e finais. Tudo isso acentuou o predomínio do capital comercial, caracterizado pela expansão das atividades terciárias nos centros urbanos.

As atividades ligadas ao setor de serviços e que se desenvolveram na Região Metropolitana de Fortaleza, não se expandiram a partir do crescimento do setor industrial local, mas foram impulsionadas por ligações comerciais e bancárias extra-regionais. No entanto, embora o setor terciário tenha se expandido muito, a modernização, e conseqüentemente, a maior produtividade, ainda não se desenvolveu completamente nesse setor.

Enquanto alguns serviços prestados por instituições bancárias e financeiras e por órgãos do governo são bastante modernos e eficientes, outras atividades, que constituem a maioria, continuam apresentando baixo índice de produtividade. É o caso do setor informal que cresceu rapidamente em todo Brasil, prestando serviços urbanos e realizando a produção industrial, sobretudo daqueles bens fabricados no Sudeste (CASIMIRO, 1985).

O setor informal torna-se extremamente importante na absorção da mão-de-obra que se dirige do campo para os centros urbanos, reproduzindo, de forma não capitalista, atividades do setor terciário, que se articulam com setores capitalistas modernos, auxiliando sua expansão.

Como a estrutura produtiva da Região Metropolitana de Fortaleza, no período estudado, se baseia na predominância do setor terciário – comandado pelo capital comercial e bancário – e do setor administrativo do Estado, temos que a geração de valor é bastante reduzida, estendendo-se inclusive a todo o estado do Ceará, tornando-o extremamente dependente das transferências federais.

O Estado, por sua vez, buscando evitar tensões sociais e manter o mercado interno regional atua como empregador, absorvendo grande parte do contingente de força de trabalho através de seus órgãos, estabelecidos em Fortaleza. A expansão das instituições públicas, gerando emprego, significa também o aumento do poder aquisitivo

de uma parcela razoável dos trabalhadores, levando à expansão do mercado interno.

Por isso, o emprego público não cresce, na região, de acordo com o aumento da demanda por serviços públicos, nem é limitado pelos recursos destinados à remuneração do funcionalismo (FERNANDES, 1986). Essa estruturação do emprego, embora instável, promove uma diversificação dos diversos segmentos da sociedade civil urbana.

Assim, uma grande parte da população empregada no setor formal do comércio – grandes lojas, bancos, supermercados – começa a constituir uma classe média, juntamente com uma parcela de servidores públicos locais, já que estes não formam uma categoria social homogênea. Por outro lado, os trabalhadores do setor informal mantêm-se ocupados obtendo, geralmente, uma baixa renda.

Em relação aos funcionários públicos temos uma estratificação da categoria baseada na distribuição seletiva e clientelística dos órgãos, o que permite o aparecimento, entre os empregados públicos, de um grupo de baixa renda e de outro, pertencente à classe média urbana. Entre os elementos que formam esse último segmento estão também aqueles que ocupam cargos com poder de decisão. A prática clientelística leva, então, a uma discriminação entre os funcionários públicos, o que provoca grande desinteresse pelo trabalho e pela busca de melhoria dentro da profissão (FERNANDES, 1986).

Esse fato se torna ainda mais grave quando se observa um grande número de indivíduos colocados em cargos para os quais foram destinados sem um prévio e adequado critério de seleção, o que piora significativamente a qualidade dos serviços públicos. Todos esses fatores não estimulam o aperfeiçoamento do trabalhador, pois a condição para obtenção do emprego se prende mais às relações pessoais do que ao seu nível de escolaridade, ou às suas aptidões profissionais.

Fica claro, então, que, no período estudado, isto é, de 1955 a 1985, a classe média, que possui maior poder aquisitivo e representa grande parte da demanda no Ceará, está ligada, majoritariamente, ao setor de serviços e ao setor público, diferentemente do que acontece no Sudeste, onde essa classe surge de uma diversificação na estrutura de emprego industrial.

Podemos concluir, que o Estado tem grande importância em relação ao emprego, tanto a nível de absorção de mão-de-obra, quan-

Atuando dessa forma o Estado não se posicionou como agente do desenvolvimento industrial do Ceará, nesse período, agindo de forma diferente daquela que assumiu em relação à indústria do Sudeste. Somando-se a essas dificuldades temos também que o mercado interno tinha proporções reduzidas e havia uma grande distância entre os centros fornecedores de insumos e os centros consumidores de bens intermediários e finais. Tudo isso acentuou o predomínio do capital comercial, caracterizado pela expansão das atividades terciárias nos centros urbanos.

As atividades ligadas ao setor de serviços e que se desenvolveram na Região Metropolitana de Fortaleza, não se expandiram a partir do crescimento do setor industrial local, mas foram impulsionadas por ligações comerciais e bancárias extra-regionais. No entanto, embora o setor terciário tenha se expandido muito, a modernização, e conseqüentemente, a maior produtividade, ainda não se desenvolveu completamente nesse setor.

Enquanto alguns serviços prestados por instituições bancárias e financeiras e por órgãos do governo são bastante modernos e eficientes, outras atividades, que constituem a maioria, continuam apresentando baixo índice de produtividade. É o caso do setor informal que cresceu rapidamente em todo Brasil, prestando serviços urbanos e realizando a produção industrial, sobretudo daqueles bens fabricados no Sudeste (CASIMIRO, 1985).

O setor informal torna-se extremamente importante na absorção da mão-de-obra que se dirige do campo para os centros urbanos, reproduzindo, de forma não capitalista, atividades do setor terciário, que se articulam com setores capitalistas modernos, auxiliando sua expansão.

Como a estrutura produtiva da Região Metropolitana de Fortaleza, no período estudado, se baseia na predominância do setor terciário – comandado pelo capital comercial e bancário – e do setor administrativo do Estado, temos que a geração de valor é bastante reduzida, estendendo-se inclusive a todo o estado do Ceará, tornando-o extremamente dependente das transferências federais.

O Estado, por sua vez, buscando evitar tensões sociais e manter o mercado interno regional atua como empregador, absorvendo grande parte do contingente de força de trabalho através de seus órgãos, estabelecidos em Fortaleza. A expansão das instituições públicas, gerando emprego, significa também o aumento do poder aqui-

sitivo de uma parcela razoável dos trabalhadores, levando à expansão do mercado interno.

Por isso, o emprego público não cresce, na região, de acordo com o aumento da demanda por serviços públicos, nem é limitado pelos recursos destinados à remuneração do funcionalismo (FERNANDES, 1986). Essa estruturação do emprego, embora instável, promove uma diversificação dos diversos segmentos da sociedade civil urbana.

Assim, uma grande parte da população empregada no setor formal do comércio – grandes lojas, bancos, supermercados – começa a constituir uma classe média, juntamente com uma parcela de servidores públicos locais, já que estes não formam uma categoria social homogênea. Por outro lado, os trabalhadores do setor informal mantêm-se ocupados obtendo, geralmente, uma baixa renda.

Em relação aos funcionários públicos temos uma estratificação da categoria baseada na distribuição seletiva e clientelística dos órgãos, o que permite o aparecimento, entre os empregados públicos, de um grupo de baixa renda e de outro, pertencente à classe média urbana. Entre os elementos que formam esse último segmento estão também aqueles que ocupam cargos com poder de decisão. A prática clientelística leva, então, a uma discriminação entre os funcionários públicos, o que provoca grande desinteresse pelo trabalho e pela busca de melhoria dentro da profissão (FERNANDES, 1986).

Esse fato se torna ainda mais grave quando se observa um grande número de indivíduos colocados em cargos para os quais foram destinados sem um prévio e adequado critério de seleção, o que piora significativamente a qualidade dos serviços públicos. Todos esses fatores não estimulam o aperfeiçoamento do trabalhador, pois a condição para obtenção do emprego se prende mais às relações pessoais do que ao seu nível de escolaridade, ou às suas aptidões profissionais.

Fica claro, então, que, no período estudado, isto é, de 1955 a 1985, a classe média, que possui maior poder aquisitivo e representa grande parte da demanda no Ceará, está ligada, majoritariamente, ao setor de serviços e ao setor público, diferentemente do que acontece no Sudeste, onde essa classe surge de uma diversificação na estrutura de emprego industrial.

Podemos concluir, que o Estado tem grande importância em relação ao emprego, tanto a nível de absorção de mão-de-obra, quan-

to ao nível de remuneração (LEITE, 1988). Como Fortaleza é a capital do estado e possui uma estrutura baseada no comércio e na concentração dos órgãos públicos administrativos é para ela que migram os trabalhadores rurais em busca de emprego e de melhores condições de vida.

4. Conclusão

A importância do papel do Estado como agente do desenvolvimento capitalista nos permite concluir que o Estado influencia na estrutura produtiva e, conseqüentemente, na conformação do mercado de trabalho. Entretanto, o capital estrangeiro também coopera com o Estado penetrando nos países subdesenvolvidos e se associando algumas vezes ao capital nacional, estimulando o processo de industrialização.

Essa penetração do capital estrangeiro se dá devido à necessidade que apresenta o capital concentrado nas nações centrais de buscar novas áreas para investir e novos mercados para realizar sua produção. Além disso, sua entrada é facilitada também pelas políticas econômicas praticadas pelo Estado nos países subdesenvolvidos. No caso do Brasil, esse processo ocorreu, de forma mais efetiva e acelerada no Sudeste, devido à acumulação do capital cafeeiro.

Esse tipo de desenvolvimento levou a uma conformação característica da estrutura industrial e, conseqüentemente, da estrutura produtiva do Sudeste, influenciando na natureza do emprego na região, que se ligou principalmente à indústria e ao setor privado.

Em relação ao Nordeste e mais especificamente no caso do Ceará, a estrutura fundiária rígida, provocando a expulsão dos trabalhadores do campo, levou a uma urbanização baseada na busca por melhores condições de vida, e não fundamentada em motivos de atração devido a melhores oportunidades de emprego.

Como o baixo grau de industrialização existente na região, até 1985, não absorveu o excedente de mão-de-obra vindo do campo, passou a existir um alto índice de desemprego nos centros urbanos, notadamente Fortaleza. A absorção dessa mão-de-obra ocorreu em grande parte, através do setor de serviços e do setor público.

No Ceará, o emprego público cresceu através do setor administrativo, o que tornou a região cada vez mais dependente do governo

federal. Isso acontece porque os trabalhadores do setor administrativo não colaboram para o aumento da produção corrente, sendo apenas consumidores.

Assim, quando um indivíduo se torna funcionário público passa a ter direito a uma renda que não foi gerada por uma elevação na produção, havendo então, um aumento de consumo sem aumento recíproco de produção. Conseqüentemente, a demanda maior elevará os preços, dado que a produção não aumentou, e estimulará a exportação de mercadorias produzidas por outras regiões, afetando a balança comercial do estado.

No entanto, mais recentemente é possível observar algumas mudanças na forma de organização e atuação do Estado, indicando novas tendências a partir dos governos de Tasso Jereissati e Giro Gomes. Torna-se, então, necessário analisar com maior profundidade essas tendências para que se possa avaliar o verdadeiro grau das transformações que elas podem promover no Ceará.

Sendo importante um estudo mais cuidadoso dessas questões, não iremos abordá-las aqui, ficando em aberto a questão da possibilidade ou não de modificações no modelo que apresentamos nesse artigo.

Referências bibliográficas

1. BOCCARA, Paul. *O Capitalismo monopolista de Estado – Tratado marxista de economia política*. Lisboa, Seara Nova, 1977.
2. BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos donos – Planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1985.
3. CANO Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.
4. CARVALHO, José Otamar de. *O Nordeste semi-árido: questões de economia política e política econômica*. Campinas, UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado).
5. CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. *Acumulação capitalista. Emprego e crise: um estudo de caso*. São Paulo, USP, 1985. (Tese de Doutorado).
6. FERNANDES, Adelita Neto Carleial. *La Fuerza de trabajo estatal en Ceará 1980-86*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986. (Dissertação de Mestrado).

to ao nível de remuneração (LEITE, 1988). Como Fortaleza é a capital do estado e possui uma estrutura baseada no comércio e na concentração dos órgãos públicos administrativos é para ela que migram os trabalhadores rurais em busca de emprego e de melhores condições de vida.

4. Conclusão

A importância do papel do Estado como agente do desenvolvimento capitalista nos permite concluir que o Estado influencia na estrutura produtiva e, conseqüentemente, na conformação do mercado de trabalho. Entretanto, o capital estrangeiro também coopera com o Estado penetrando nos países subdesenvolvidos e se associando algumas vezes ao capital nacional, estimulando o processo de industrialização.

Essa penetração do capital estrangeiro se dá devido à necessidade que apresenta o capital concentrado nas nações centrais de buscar novas áreas para investir e novos mercados para realizar sua produção. Além disso, sua entrada é facilitada também pelas políticas econômicas praticadas pelo Estado nos países subdesenvolvidos. No caso do Brasil, esse processo ocorreu, de forma mais efetiva e acelerada no Sudeste, devido à acumulação do capital cafeeiro.

Esse tipo de desenvolvimento levou a uma conformação característica da estrutura industrial e, conseqüentemente, da estrutura produtiva do Sudeste, influenciando na natureza do emprego na região, que se ligou principalmente à indústria e ao setor privado.

Em relação ao Nordeste e mais especificamente no caso do Ceará, a estrutura fundiária rígida, provocando a expulsão dos trabalhadores do campo, levou a uma urbanização baseada na busca por melhores condições de vida, e não fundamentada em motivos de atração devido a melhores oportunidades de emprego.

Como o baixo grau de industrialização existente na região, até 1985, não absorveu o excedente de mão-de-obra vindo do campo, passou a existir um alto índice de desemprego nos centros urbanos, notadamente Fortaleza. A absorção dessa mão-de-obra ocorreu em grande parte, através do setor de serviços e do setor público.

No Ceará, o emprego público cresceu através do setor administrativo, o que tornou a região cada vez mais dependente do governo

federal. Isso acontece porque os trabalhadores do setor administrativo não colaboram para o aumento da produção corrente, sendo apenas consumidores.

Assim, quando um indivíduo se torna funcionário público passa a ter direito a uma renda que não foi gerada por uma elevação na produção, havendo então, um aumento de consumo sem aumento recíproco de produção. Conseqüentemente, a demanda maior elevará os preços, dado que a produção não aumentou, e estimulará a exportação de mercadorias produzidas por outras regiões, afetando a balança comercial do estado.

No entanto, mais recentemente é possível observar algumas mudanças na forma de organização e atuação do Estado, indicando novas tendências a partir dos governos de Tasso Jereissati e Giro Gomes. Torna-se, então, necessário analisar com maior profundidade essas tendências para que se possa avaliar o verdadeiro grau das transformações que elas podem promover no Ceará.

Sendo importante um estudo mais cuidadoso dessas questões, não iremos abordá-las aqui, ficando em aberto a questão da possibilidade ou não de modificações no modelo que apresentamos nesse artigo.

Referências bibliográficas

1. BOCCARA, Paul. *O Capitalismo monopolista de Estado – Tratado marxista de economia política*. Lisboa, Seara Nova, 1977.
2. BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos donos – Planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1985.
3. CANO Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.
4. CARVALHO, José Otamar de. *O Nordeste semi-árido: questões de economia política e política econômica*. Campinas, UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado).
5. CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. *Acumulação capitalista. Emprego e crise: um estudo de caso*. São Paulo, USP, 1985. (Tese de Doutorado).
6. FERNANDES, Adelita Neto Carleial. *La Fuerza de trabajo estatal en Ceará 1980-86*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986. (Dissertação de Mestrado).

7. FERREIRA IRMÃO, José *et alii*. *A Agricultura irrigada no Nordeste: avaliação do seu impacto sobre o emprego, a renda e o aumento do excedente comercializável*. Recife, UFPE/Pimes, 1985.
8. LEITE, Ana Cristina Teixeira. *Mercado de trabalho no Nordeste: o legado da ação do Estado. Uma análise do Estado do Ceará*. Fortaleza, UFG, 1988. (Dissertação de Mestrado)
9. LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza*. Fortaleza, UFC, 1983. (Dissertação de Mestrado).
10. MAIA GOMES, Gustavo. "Da Recessão de 1981-83 aos impactos no Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste: um alerta para o presente". In: *Boletim Sócio-Econômico do Nordeste*. Recife, n. 1, mar/1987, p. 55-68 (SUDENE).
11. MARANHÃO, Sílvio. *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
12. MELO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
13. OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da dependência imperfeita*. 4 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
14. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
15. SAMPAIO FILHO, Dorian. *A Industrialização do Ceará – empresários e entidades*. Fortaleza, Publicações SENAI, 1987.